

Concepções acerca da Monarquia e do Regnum suevo na Gallaecia Tardia (411 - 456): reflexões sobre a crônica de Idácio de Chaves

DANILO MEDEIROS GAZZOTTI¹

A Figura Político-religiosa de Idácio de Chaves

Primeiramente precisamos distinguir o cronista Idácio (Hidácio) de Chaves de outros quatro homônimos do século IV d.C., os quais quase foram seus contemporâneos. São eles Hidácio, o bispo de Mérida e Itácio, o bispo de Osónoba. Os dois bispos foram os acusadores do bispo Prisciliano² perante o usurpador Máximo, em Treveris. Os dois ainda organizaram o I Concílio de Zaragoza, em 380 d.C., o qual condenou a interpretação priscilianista como heresia. Segundo César Candelas Colodrón (2003, p. 22) temos mais dois Hidácios no período, um deles que era originário da África latina e outro da Gália.

Ainda segundo Colodrón há historiadores que tentam estabelecer um laço de parentesco entre Hidácio de Mérida e Idácio de Chaves, devido principalmente a semelhança de nomes e da natureza antipriscilianista de ambos. Esta hipótese é para ele mera suposição, pois a coincidência de nomes poderia ser pela difusão do nome do primeiro, devido ao seu papel na luta contra o priscilianismo ou seria apenas alguma alcunha baseada em características político-sociais ou culturais do Idácio. Diferenciados os personagens vamos agora discorrer sobre a trajetória biográfica de Idácio de Chaves

Colodrón, nos informa que Idácio de Chaves pertencia a uma família cristã vinculada a administração imperial. Esta informação fica clara em sua obra, que nos mostra que o mesmo

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Membro discente do Núcleo de Estudos Mediterrânicos/NEMED - Bolsista CNPq.

² Prisciliano foi um leigo elevado a condição de bispo, que fundou uma vertente do cristianismo denominada priscilianismo. Esta vertente foi considerada herética pelo cristianismo ortodoxo, sendo o seu líder condenado a morte e seus seguidores perseguidos pelos membros da ortodoxia.

era de uma origem nobre, vinculada aos grupos de poder, entre eles o grupo político de Teodósio. Esta última adesão é vista com o tratamento positivo que este grupo tem no decorrer da crônica (Colodrón, 2003, p.24).

O percurso da vida de Idácio de Chaves é pouco conhecido, sendo que a maior parte de informações sobre sua trajetória particular provém de sua crônica. Ele declara no prefácio de sua obra, que nasceu na cidade de *Lemica*, na província da *Gallaecia*. César Colodrón (2003, p.) nos informa, que há dúvidas se com a frase "Natus em Lemica Civitate", Idácio faz relação a uma cidade concreta ou queria dizer que pertencia à comunidade dos limicos.

Caso a primeira opção fosse correta teríamos que estabelecer, qual era essa cidade e onde ele ficava. Colodrón (2003, p. 17) nos informa, que os territórios da *civitates* estavam articulados ao redor de centros urbanizados e que estas cidades ou *fora* foram estabelecidas pelos romanos em *oppida* indígenas e depois urbanizados à romana. Os fóruns que eram centros de reunião e comércio indígena, converteram-se em núcleo de irradiação da cultura romana.

Segundo o mesmo, a importância desses *fora* foi de grandeza máxima na *Gallaecia*, pois a mesma, com exceção de Braga, Lugo e Chaves, tinha ausência de autênticas cidades e estas *fora* fizeram desses lugares de mercado, o centro da vida social, política e econômica deste território. Através do tempo estas *fora* foram desenvolvendo-se e chegaram a tornar-se verdadeiras capitais comarcais.

Tendo em conta a posição social da família de Idácio, o mais provável é que o mesmo tenha nascido na "capital" da comarca de Alta Limia (Colodrón, 2003 p.17). Entretanto para Tranoy (1974, p. 11) Lemica corresponderia à atual cidade Ginzo de Limia, que é atravessada pelo rio Limia e desemboca no oceano atlântico.

Caso a segunda opção de Colodrón fosse a correta, isso nos mostraria o vínculo inquebrável de Idácio, a um contorno socioeconômico e político concreto.

Sobre seu nascimento podemos apenas deduzi-lo quando, o mesmo, relata que esteve muito jovem no oriente, em 407 d.C. Nessa passagem ele usa o termo *infantulus et pupillus*, o qual, para Júlio Campos (1984), era utilizado para jovens entre os doze e quatorze anos de idade, o que nos faz supor que nasceu entre 393 a 395 d.C. Colodrón (2003, p.20) afirma, que

pelo que se tem recolhido até agora, a data de nascimento de Idácio pode ser fixada entre os anos de 388 e 400, dependendo de como interpretamos a expressão *infantulus*, que para o mesmo poderia ser usada para jovens dos 14 aos 7 anos.

Em sua viagem ao Oriente conheceu personagens com João, o bispo de Jerusalém, Eulógio de Cesaréia, Teófilo de Antioquia e Jerônimo de Stridon. Volta do Oriente para a *Gallecia* por volta de 412 d.C.

Sobre os motivos da viagem, Colodrón (2003, p. 31-32) não crê que ela foi de finalidade formativa. Segundo o mesmo, Idácio, poderia formar parte de uma comitiva imperial enviada a Constantinopla, sendo que sua formação religiosa teria caráter secundário. Esta viagem ao oriente ocorreu por volta de 407 e teria se estendido no máximo até 410. Concomitante com a mesma ocorre à usurpação de Constantino III em 407, a invasão da *Diocesis Hispaniarum* por alanos, vândalos e suevos em 409, o saque de Roma em 410, além do endurecimento do Império com a interpretação priscilianista a partir de 407.

Com isso, a comitiva de Idácio pode ter sido feita para se buscar auxílio no Oriente, para a situação de perigo iminente em sua região ou talvez para buscar apoio que fortalecessem a facção ortodoxa da *Gallaecia*. Lopez Pereira (1982, p.101) nos informa que a expansão do priscilianismo na *Gallaecia* forçaria os ortodoxos desta a viajar para fora, especialmente para o Oriente, em busca de uma formação nicena, pois em sua terra ocorreria a criação de uma "escola priscilianista", a qual acabaria dificultando o desenvolvimento das demais interpretações do evangelho. Segundo Colodrón (2003, p.33) este último fator teria obrigado a Orósio, Baquiario, os Avitos, e talvez Egeria a buscar sua formação fora de sua terra.

A frase "Idatii ad Deum conversio peccatoris" contida na crônica faz Marcelo Macias (1906, p.7) afirmar, que por volta dos vinte dois anos de idade Idácio entrou para a vida religiosa, tornando-se monge. Colodrón (2003, p.35) contesta isso dizendo, que tal frase não aparece no manuscrito conhecido como a cópia mais fiável da crônica, o Códice B, aparecendo apenas em um epítome chamado de H, que se desenvolveu de forma paralela ao primeiro e que hoje está desaparecido. Burges (1993, p. 11-23) assegura que a frase não é original de Idácio, pois não corresponde com sua forma de escrever e também não seria do

epitomista do manuscrito H da crônica, pois a mesma seria uma interpolação e nelas não se utiliza este tipo de escritura.

Colodrón (2003, p 36) crê que não teria sentido de inventar-se uma nota assim, por isso o argumento mais singelo é que quem escreveu a data tivesse essa informação. Poderia ser uma anotação a margem de alguém com acesso a informação sobre Idácio ou que o tenha conhecido diretamente. Essa anotação passaria ao corpo do manuscrito na cópia que deu origem a epítome H.

Entretanto mesmo que essa informação fosse verdadeira Colodrón (2003, p. 37) não crê que Idácio tenha levado uma vida ascética. Para o mesmo, Idácio entrou na vida religiosa por volta dos vinte e cinco anos, mas não como monge, pois este nunca se afastou da vida política e pelo que sabemos de sua vida e entendemos em seus estudos que ele nunca concordou com essa idéia de ascetismo. Nascido em uma família de aristocratas e educado como tal, Idácio usará seus cargos eclesiásticos públicos como uma extensão de seu poder privado, atuando em defesa de seus interesses e de sua comunidade. Este tipo de atuação distancia Idácio de qualquer especulação de que tenha levado uma vida ascética.

Júlio Campos (1984, p.7) afirma que Idácio segue carreira religiosa e atinge o episcopado no ano de 427 d.C. Mas como indaga, não se sabe qual cidade o bispo assumiu nessa data, apenas aparecendo o nome da cidade de *Aquae Flaviae* muito tempo depois, ao relatar ter sido vítima de um sequestro, e ter voltado à sede de seu episcopado nesta cidade após ser solto.

A omissão do nome da sede episcopal assumida por Idácio nos leva a um debate historiográfico, que discute a possibilidade dele ter assumido primeiramente como bispo de uma cidade menor e depois ter mudado para *Aquae Flaviae* (Mole, 1974, p.286) até a contestação de sua nomeação como bispo.

Rodríguez Colmenero (1977, p.231) crê que *Aqua Flaviae* não era um lugar adequado para uma sede episcopal e que sua comunidade cristã poderia ser comandada perfeitamente por um presbítero, como ocorria no Norte da África. P. David (1947, p.19-44) diz que

também acha difícil ter havido uma sede episcopal em *Aquae Flaviae*, principalmente porque a cidade não aparece no *Parrochiale*³ suevo como sendo uma.

Colodrón (2003, p.38-39) rebate esses argumentos, primeiramente dizendo que mudanças de sedes episcopais eram difíceis naquela época, além disso normalmente os bispos exerciam seu poder na região em que eram originários. Nessa ordem de coisas as sedes episcopais eram naquele período, sobretudo as pequenas, ocupadas por membros destacados de sua comunidade, pessoas que sobressaíam por sua riqueza, influência e capacidade política, até que não era raro, sobretudo em sedes de segunda, que o episcopado fosse um assunto de família. Segundo Bajo Álvarez (1981, p.206) esta prática era tão comum na Hispania, que em 465 Roma interferiu na mesma para por fim a esta prática.

Em segundo lugar Colodrón afirma, que se retrocedermos um pouco no tempo, podemos ver que *Aquae Flaviae* não era uma cidade pequena e sem importância política, como afirmam alguns autores, mas sim um centro de uma importante região, que se desenvolveu durante todo o tempo que durou a presença de Roma e uma cidade digna de acolher uma sede episcopal.

Segundo o mesmo *Aquae Flaviae* era um centro mineiro com a presença de militares e altos funcionários. A região era a capital de um grupo de dez cidades, sendo que destas, seis eram contínuas. A organização interna potenciaria a unidade desta região e lhe daria um alto grau de autonomia frente à capital da província que era Braga. O estabelecimento de uma sede episcopal que estaria seria ocupada por um membro de uma família destacada no âmbito regional, deveria ser algo perfeitamente normal. Inclusive Idácio qualifica esta região como "conventus".

Renan Frighetto (1997, p.36-37) nos informa, que no século V d.C *Aquae Flaviae* estava situada em uma área, onde mostrava a ausência efetiva de poderes político-institucionais fortes, ou bárbaros ou imperiais. Diante desse quadro, a única instituição que poderia substituir estes poderes, naquele âmbito regional, seria o poder episcopal. Segundo o mesmo, essa seria a conotação que procurava legar-nos Idácio ao definir *Aquae Flaviae* como

³ O *Parrochiale Suevorum* é um importante documento da segunda metade do século VI, onde se reflete a organização administrativa e mormente eclesiástica do Reino suevo da Gallaecia, contendo uma relação de 134 *paróquias*, agrupadas em treze dioceses.

ecclesia, situando-a como núcleo do seu poder episcopal, político, social e moral naquela região.

Tranoy (1974, p.40) nos ressalta a importância de *Aquae Flaviae* ao nos afirmar que as sedes episcopais mais importantes da *Gallaecia* foram Braga, Astorga, Lugo e Chaves.

Por fim Colodrón afirma, que a escrita do *Parrochiale* suevo aconteceu mais de cem anos após o episcopado de Idácio e diz que a situação da região poderia ter mudado, o suficiente para que algumas sedes episcopais aparecessem e outras desaparecessem. Segundo o autor, *Aquae Flaviae*, era centro de uma importante região que contou com a presença de Roma, além de ser um grande pilar do cristianismo ortodoxo na *Gallaecia*. A cidade teria tanto importância, que a própria captura de Idácio e posterior saque dela, mostraria um interesse dos suevos para acabar com um núcleo de poder da igreja, que dificultava a expansão de sua população pelas terras galaicas.

Através dos argumentos de Colodrón podemos entender também, porque Idácio não deixou nenhum sucessor em sua sede episcopal após sua morte, pois além da região estar isolada, devido aos constantes enfrentamentos *bárbaros*,⁴ a própria *ecclesia* teria intervindo na região, para dar um fim às práticas familiares dentro das sedes episcopais menores.

Utilizando-se de sua posição, que na época era tanto política quanto religiosa, Idácio fez o possível para proteger os interesses da Ortodoxia nicena na Península Ibérica, divulgando sua doutrina oficial, o cristianismo ortodoxo, e tentando extirpar outras interpretações do evangelho consideradas heréticas e que tinham muita representatividade na região, como o arianismo e o priscilianismo. Como nos mostra Campos “Idácio, que vigia com zelo a fé ortodoxa de seu povo, está atento aos resíduos e brotes do Priscilianismo...” (CAMPOS, 1984, p. 11)

Outra função que exerceu foi a de embaixador de sua região perante o Império Romano, fato que relata em sua crônica, quando diz que em 431 d.C. foi até uma embaixada se encontrar com o general Aécio, para negociar reforços militares para a *Gallaecia*, que

⁴ Utilizamos o termo bárbaro isento de preconceitos, apenas para delimitar que os mesmos são estrangeiros.

estava sofrendo constantes ataques do povo Suevos. Como Aécio não pode ajudar, coube a Idácio e outros bispos negociarem as pazes com o povo invasor.

Quando Agostinho expira, começa o bispo Idácio sua vida pública. Angustiosamente esperançado no Império, vai a Gália (431) para solicitar o auxílio do general romano Aécio contra os Suevos opressores da Galícia. Mas Aécio, último amparo do poder imperial, no tendo outro recurso senão servir-se de uns bárbaros contra os outros, ou contra as intrigas militares da corte, não pode socorrer a Espanha, e foi Idácio, por sua conta, com outros bispos, quem teve que negociar as pazes entre suevos e galegos (433)... (PIDAL (org.), 1963, p. IX)

Colodrón (2003, p 53-54) afirma que esta embaixada é um exemplo claro do carisma e poder que Idácio teve em seu tempo. Segundo o mesmo, não se sabe quem o elegeu como delegado, nem onde e nem porque, senão por sua posição político-religiosa a qual o fazia um candidato natural a este trabalho.

Ainda segundo o mesmo, a paz conseguida em 433, entre galaicos e suevos, foi "sub interventu episcopali", ou seja, com a intervenção de vários bispos. Se Idácio se encarrega da delegação pode ter conseguido a paz por si mesmo.

Segundo Tranoy (1974, p. 15-16) Idácio participa de embaixadas com o imperador, visigodos, suevos, vândalos e galaicos principalmente. Estas embaixadas estão em seu texto e iniciam-se no parágrafo 100 e continuam até o final da Crônica, totalizando vinte e oito parágrafos consagrados a este aspecto.

Bruno Miranda Zétola (2012, p.34) nos menciona também, que existe um grande registro de relações diplomáticas na obra de Idácio e que isso ocorre principalmente devido ao próprio autor ter sido encarregado da função de emissário, o que pode lhe ter dado a relevância desse mecanismo de comunicação política, para o desenvolvimento e processos históricos.

Frighetto (1997, p.38) nos relata essa informação ao afirmar, que Idácio alcançou tamanha importância sócio-política e se tornou um dos mais destacados interlocutores do diálogo político existente entre os suevos.

Em 26 de julho de 460 d.C. Idácio foi preso pelo chefe dos Suevos Frumário, por delação de Dictínio, Espinión e Ascâmio, os quais eram *hereses*⁵ priscilianos e arianos. Depois de três meses de cativeiro foi liberado, contra a vontade dos delatores, e voltou para sua igreja em *Aquae Flaviae*. O Próprio Idácio relato esse fato em sua Crônica:

Parte do exército de godos, dirigido pelos condes Sunierico e Nepociano a Galícia, depreda aos Suevos que habitam Lugo, a qual descoberta pelos delatores Dictínio, Spinión e Ascanio, que vão espalhando-se para difundir o terror e o veneno de sua própria deslealdade, se fazem sujos. E pouco depois, induzido pelos mesmos delatores já referidos, Frumário com uma tropa de Suevos que tinha, depois de aprisionar o bispo Idácio em 26 de julho na igreja de Aquae Flaviae assola com imensas ruínas o mesmo distrito (Idácio; cron. a.460-III. [1018])

O já referido Idácio, depois de três meses de cativeiro, no mês de novembro pelo favor e misericórdia de Deus, contra o desejo e disposição dos mencionados delatores volta à cidade de Flaviae (Idácio; cron. a.460-III. [1041]).

A sua morte também não tem uma data precisa. Sua crônica termina no ano de 469 d.C., o que nos prova que foi após esta data e segundo Isidoro de Sevilha, antes de 474 d.C., pois menciona o fato de que Idácio tenha morrido durante o reinado do imperador Leão do oriente, que reinou entre 457 e 474 d.C. Sigeberto de Gelembloix acredita que foi no ano de 490, mas é mais provável que Isidoro esteja certo, pois o mesmo viveu em uma época mais próxima de Idácio, no século VII, do que Sigeberto, o qual viveu durante o século XI.

Apesar das dúvidas com certeza Idácio morreu em idade bem avançada, com mais de oitenta anos, ocupando um grande cargo político-religioso por mais de quarenta anos e nos deixando de legado sua crônica, que além de nos fornecer preciosas informações acerca da relação entre hispano-romanos e bárbaros no século V d.C, é também uma preciosa documentação sobre o discurso político-religioso dos bispos do período.

O conceito de Rex

⁵ Juízo de valor do cristianismo ortodoxo

O principal conceito que trabalharemos nesse trabalho é o de *rex*, onde procuraremos mostrar, que a instituição régia romana acabou influenciando a a constituição da germânica. Tácito em sua obra *Germania*⁶ realiza uma diferenciação entre o *rex* e o *dux*. O primeiro é eleito segundo sua nobreza e o segundo nomeado a partir de sua virtude mais significativa, o valor militar. Ambas as funções aparecem associadas a guerra e a condição eletiva, ou seja, o rei é escolhido para conduzir o povo em armas enquanto o duque destaca-se dentre seu clã por seus méritos de guerreiro.

Renan Frighetto (2007.p.241) nos informa, que a força político-militar do clã do candidato a rei, justamente com sua valorização militar, seria de fundamental importância a hora de sua escolha para comandar o povo em armas. Com isso o rei deveria congrega todos os duques e seus respectivos clãs, sendo que essa união baseava-se em laços de lealdade feitos através de promessas juradas, que tinham como contrapartida o êxito militar e a partilha de riquezas dele oriundas. Sendo assim, a troca de benefícios entre as partes era a base essencial do poder do rei, sendo estes os elementos fundamentais para o estreitamento dos vínculos de caráter pessoal e político.

Entretanto a descrição oferecida por Tácito contém uma crítica a essa forma de poder entre os germânicos, na medida em que sua realeza seria transitória e dependente da força da aristocracia germânica, a qual seria diferente, em termos teóricos e práticos, do sistema político imperial do principado romano

Porém, podemos verificar a influência deste pensamento político imperial romano, sobre a realeza germânica, a partir do reinado de Teodósio (379 d.C.-395d.C.) Relatos como o de Idácio de Chaves e Paulo Orósio fazem uma comparação entre o *princeps* romano e o *Gothorum rege*. Para estes, Teodósio era um imperador modelar e virtuoso, pois consolidou uma dinastia imperial no *consortio imperium* e na sucessão familiar hereditária.

Entretanto podemos encontrar alguns possíveis exemplos desta influência da dinastia teodosiana, sobre a consolidação da perspectiva régia e hereditária entre os povos germânicos. Exemplo disso são a sucessão do rei visigodo por seu "parente" Ataulfo e do rei suevo Rechila por seu filho Rechiario. Nesse sentido podemos analisar as sucessões Alarico-Ataulfo

⁶ Tac., Ger., 7...reges ex nobiliatae, duces ex virtute sumunt.

e Rechila-Rechiaro no âmbito da tradição de *consortio imperium*, realizado por Teodósio com seus filhos Arcádio e Honório e que pode ter sido utilizado como modelo de sucessão régia pelos visigodos e suevos.

Os suevos na *Gallaecia Tardia*

O recorte temporal de nosso trabalho insere-se no universo romano do século V d.C., um período marcado por uma grande desagregação do aparelho administrativo romano, principalmente nas províncias ocidentais. O lapso temporal selecionado por nós para o estudo em questão, abrange o período que vai de 409 d.C., data da invasão da *Diocesis Hispaniarum* pelos alanos, vândalos e suevos, até a morte do rei suevo Requiário em 456 d.C.

O espaço geográfico selecionado em nosso trabalho compreende a *Diocesis Hispaniarum*, mais especificamente na região da *Gallaecia*, onde Idácio de Chaves exerceu seu poder político-religioso, sendo, portanto a região mais trabalhada pelo mesmo em sua crônica.

No período escolhido em nossa pesquisa a parte ocidental do Império teve como imperadores: Honório (395- 423), Valentiano III (425- 455), Petrônio Máximo (455) e Ávito (455 - 456). Enquanto na parte oriental eles foram: Arcádio (395- 408), Teodósio II (408- 450) e Marciano (450 - 457). Além destes contamos no período com as usurpações de Constantino III (407 - 411) e de Jovino (411-413).

Em nosso recorte temporal a usurpação de Constantino III tem papel fundamental, pois foi através dos desdobramentos da mesma que os suevos junto com alanos e vândalos estabeleceram-se na *Diocesis Hispaniarum* em 409 d.C.

Constantino III era um nobre britânico que se proclamou imperador na Gália em 407 e tomou o território hispano para seu controle em 408. Pablo Diaz Martinez (2008, p. 276-277) nos informa, que esse processo sem dúvida reduziu a capacidade das províncias hispanas para fazer frente aos *bárbaros*⁷ que nesse momento ocupavam a Gália.

⁷ Utilizamos o termo bárbaro isento de preconceitos apenas delimitando que são estrangeiros.

Após tomar a Hispania, Constantino III, nomeia seu filho, Constante, como César e o envia para esta região junto com seu general Gerônimo. Passado alguns meses Constante voltou a Gália e deixou as tropas da Hispania sobre o comando de Gerônimo.

Em seguida Constantino III ordena que seu filho volte a Hispania, agora acompanhado de um novo general, Justo. Gerônimo se irritou com a ideia de ser substituído e levantou suas tropas contra Constantino III em 409. É nesse momento que os *bárbaros* que estavam na Gália entram na *Dioecesis Hispaniarum*. Diaz Martinez (2008, p. 278) nos afirma que essa entrada de alanos, vândalos e suevos na Hispania foi uma manobra de Gerônimo para realizar uma guerra civil entre as diferentes facções, afim de atrapalhar os interesses de Constantino III na região. Essa invasão é relatada por Idácio (409-XV. [206].) em sua crônica e por Paulo Orósio (Livro VII- 40/41.) em suas *Histórias adversus paganus*.

Após a invasão, suevos e vândalos asdingos ocuparam a Gallaecia, os alanos a Lusitânia e a Cartaginensis e os vândalos silingos a Tarraconensis. Após essa invasão as forças do Imperador legítimo Honório, se organizaram e derrotaram Constantino III, que foi executado, e obrigaram Gerônimo a fugir, o qual acabou suicidando-se depois.

Alanos, vândalos e suevos continuaram assentados na Hispania, até que o rei visigodo Valia firma um pacto com Roma em 416 onde o mesmo se compromete a destruir esse povos invasores. Em 417 Idácio de Chaves (*Idácio; cron. a.417-XXIII.[321].*) aponta que Valia realizou grandes matanças nas hispanias, acabando praticamente com os alanos e vândalos silingos. O restante desses povos colocou-se sobre a proteção do vândalo Gunderico. Neste momento os godos interromperam sua campanha para receber do *Magister Militum* Constante algumas terras na Aquitânia, onde seriam assentados oficialmente. Diaz Martinez (2008, p. 282) nos informa que Constante realizou essa manobra provavelmente para evitar que os visigodos se apropriassem da Hispania.

Com o fim da pressão dos visigodos, agora vândalos e suevos disputam a hegemonia na *Dioecesis Hispaniarum*. Após o enfrentamento entre essas duas facções germânicas a corte em Ravena enviou tropas para acabar com esses povos. Estas tropas conseguiram expulsar os vândalos da *Gallaecia* para a Bética. Com a morte de Gunderico em 428, seu irmão Geiserico assume o poder e em maio de 429 os vândalos cruzam o mediterrâneo e vão para a África. Essa marcha dos vândalos abre uma nova fase de acontecimentos na península ibérica.

A partir de 429 o único obstáculo para a recuperação da administração romana na *Diocesis Hispaniarum* eram os suevos. Diaz Martinez(2008, p.284) nos afirma, que dos povos que cruzaram os Pirineus em 409, os aparentemente mais frágeis e menos numerosos eram os suevos, e estes se aproveitaram disso. Nesse momento os suevos são uma realidade que começam a afetar muito a Idácio de Chaves, que começa a dar uma atenção especial aos mesmos em sua crônica. Mas porque Idácio daria atenção a um povo considerado tão frágil e mal estruturado? Em nossa opinião é porque eles seriam para Idácio, o grande empecilho para que a região da Hispania voltasse totalmente ao controle romano⁸.

Um fato que contribui para o argumento acima é a embaixada encabeçada por Idácio no ano de 431. Na mesma, Idácio, se reúne com o *magister militum* Aécio para pedir reforços militares na região, afim de os hispano-romanos pudessem conter os suevos. Ocupado com os visigodos, francos e burgúndios na Gália, Aécio, não pode ajudar militarmente os hispano-romanos, cabendo aos mesmos resolver sua situação.

A paz desejada com os suevos acontece em 437, quando o *comes* Censório vem como embaixador aos suevos, os quais chegam a um acordo com o mesmo. Diaz Martinez (2008, p.286) nos informa que esta referencia implica, que a população local galaico-romana estava construindo estruturas de poder próprias, capazes de negociar individualmente com os suevos.

Entretanto a abdicação do rei suevo Hermerico em favor de seu filho Rechila em 438, alterou as relações entre suevos e hispano-romanos, pois ao contrário do pai, Rechila, vai empreender uma política agressiva até o sul da hispania. Diaz Martinez (2008, p. 286) nos afirma que as campanhas na Lusitânia e na Baetica tinham um objetivo econômico e militar. Essas regiões meridionais eram muito mais ricas em comparação com as do extremo ocidental, como exemplo a *Gallaecia*.

Em 439 Rechila toma Mérida e em 400 da Baetica e da Cartaginenses. Com isso os suevos tinham entendido seu controle por quase toda a Hispania, com exceção da Terraconensis. Entretanto não se tratava de um domínio permanente e estruturado, exemplo disso é que em 446 o *magister utriusque militae* Vito com a ajuda dos godos, saqueou a

⁸ Vale ressaltar que Idácio considerava-se acima de tudo um romano, por isso sua preferência em estar em uma área sobre controle administrativo do mesmo.

Baetica e a Carthaginienses, mas fugiu antes da chegada dos suevos e seu rei. Estes últimos tornaram a saquear novamente essa região. Diaz Martinez (2008, p.287) nos expõe que este tipo de comportamento implica na falta de estruturas estáveis de poder, tanto por parte dos suevos como por parte dos romanos.

Em 448 Rechila morre em Mérida, onde provavelmente estava sua corte, e seu filho Rechiario assume. O último continua a política expansionista de seu pai. Entretanto no ano de 446 é celebrada uma aliança suevo-goda, o qual se consolida pelo matrimônio de Requiario com a filha do rei visigodo Teodorico I em 449.

Entretanto com a morte de Teodorico I em 454, de Aécio também em 454 e do Imperador Valentiano III em 455, Rechiario considerou-se livre de seus compromissos com a corte de Ravena e com os visigodos e invadiu a Cartaginensis em 455.

Em resposta o novo Imperador, Avito, enviou para a região o *comes* Froto e os visigodos, agora comandados por Teodorico II, filho do anterior. O último entrou com seu exército na Hispania massacrando os suevos em 456 nas proximidades de Astorga. Com a derrota Rechiário, fugiu para Porto na *Gallaecia*, talvez com a pretensão de fugir por mar. Entretanto acabou sendo capturado e levado a Teodorico II, o qual o executou. Com a morte de seu rei os suevos restantes se renderam

Com a morte de Requiário a historiografia baseando-se no texto de Idácio quando o mesmo afirma que o reino suevo foi destruído. Nas palavras de Idácio: "Regnum destructum et finitum est Sueuorum". *Idácio; cron. a.456 - II.VI.[888]* . Entretanto nós questionamos a probabilidade de ter havido um reino suevo nesta época e temos uma interpretação distinta para o termo *regnum* utilizado por Idácio.

Entre os suevos existia a figura do rei enquanto detentor da autoridade delegada pelos integrantes das gentes suevas. Essa autoridade era o *regnum* mas sem uma conotação territorial definida, pois na verdade desconhecemos os limites territoriais do poder suevo no século V. A existência de um reino nesses moldes é muito difícil de ser comprovada, por outro lado a existência de uma autoridade (*regnum*) régia (*rex*) amparada na figura de um soberano.

Em nossa visão esse possível reino suevo nunca existiu de fato, pois os suevos exerceram um controle apenas em um pequeno espaço de tempo, em uma minúscula faixa territorial. Um fato que corrobora este argumento é a quantidade de saques que os mesmos sempre realizavam dentro do território, o que nos mostra a falta de estabilidade administrativas dos mesmos. Além disso, seu grupo era tão mal estruturado, que depois da derrota de Rechiario, lideranças locais lutaram entre si para alcançar o poder. Disputa que só foi terminada com a vitória de Remismundo sobre Frumário apenas em 464.

Referências Bibliográficas

1. Documentação Primária Impressa

IDACIO, Obispo de Chaves. **Su Cronicon**. Salamanca : Ed. Casalancias, 1984. Introdução, texto crítico, versão espanhola e comentários por Julio Campos.

BURGESS, RICHAD W. **The Chronicle of Hydatius and the Consularia Constatinopolitania: Two Contemporary Accounts of the Final Years of the Roman Empire**. Oxford, Clarendon Press, 1993.

MACIAS, Marcelo. **Cronicón de Idácio**. Madri:Orense, 1906.

MOMMSEN , T. **Chronica Minora II**. Berlin, 1894.

CARDOSO, J. **Crônica de Idácio. Descrição da Invasão e Conquista da Península Ibérica pelos Suevos (Séc. V.)** Universidade do Minho. Braga, 1982.

COLODRÓN, C.C. **O Cronicón de Hidácio. O bispo de Chaves**. Editorial Toxosoutos. Galiza, 2004.

ORÓSIO, P. **História**. Madri. Gredos, 1982.

TÁCITO. **Germania**. *La Germanie*. Texte établi et traduit par Jacques Perret. Paris: Les Belles Lettres, 1949.

2. Obras Gerais

AGUILERA, Abílio B. de. **La Sociedad Visigótica y su Entorno Histórico**. Madrid. Siglo Veintiuno editores, 1992.

ARCE, Javier. **El último siglo de la España romana: 284-409**. Madrid. Alianza Editorial, 1997.

BARCELÓ, Pedro. FERRER, Juan José. **Historia de la Hispania Romana**. Madrid. Alianza Editorial, 2007.

BAJO ÁLVAREZ, Felicitas. **El patronato de los bispos sobre ciudades durante los siglos IV y V en Hispania**. In. Memorias de Historia Antigua, 1990-91, Vol.2.

BOWES, Kim; BRILL, Michael Kulikowski. **Hispania in Late Antiquity**. Boston: Leiden, 2005.

COLLINS, Roger. **La España Visigoda**. Barcelona. Crítica, 2004.

DAVID, P. **Études historiques sur la Galice et le Portugal du Vie au XIIe siècle**. Coimbra. 1947.

FRIGHETTO, Renan. **Religião e política na Antiguidade Tardia: os godos entre o arianismo e o paganismo no século IV**. In Dimensões, vl. 25, 2010. p.114-130.

FRIGHETTO, Renan. **Monarquia e Poder Régio nos primórdios do Século V: os visigodos e a herança baixo-imperial romana**. Editorial Univesitaria. 2007.

LÓPEZ PEREIRA, J. E. **De Prisciliano a Hidacio. Primer despertar de la Gallaecia, Prisciliano y el priscilianismo**, Pontevedra 7-12 de septiembre de 1981, Oviedo, Caja de Ahorros de Asturias, [1982] (Monografías de Los cuadernos del norte (1981), 103).

MARTINEZ, Pablo C. D.; MAZA, Clelia M.; HUESMA, Fransisco Javier Sanz. **Hispania Tardoantigua y Visigoda**. Madrid. Istmo, 2008.

MORENO, Luis A. G. **El Bajo Imperio Romano**. Madrid. Sintesis, 2005.

MORENO, Luis A. G. **Historia de España Visigoda**. Madrid. Cátedra, 1989.

MOLE, C. **Uno storico del V secolo. II vescolo Idazio**. Sicularum Gimnasium, 27, 1974, p. 279-351.

ORLANDIS, José. **Historia de Espana: La Espana Visigótica**. Madrid: Gredos, 1977.

PIDAL, Ramón Menéndez (org.). **Historia de España, tomo II, España Romana**, Madrid, Espasa-Campe s.a, 1963.

PIDAL, Ramón Menéndez (org.). **Historia de España, tomo III, España Visigoda**, Madrid, Espasa-Campe s.a, 1955.

RODRÍGUEZ COLMENERO, A. **Galicia Meridional romana**. Bilbao, 1977.

SILVA, Leila Rodrigues da e DINIZ, Rita de Cássia Damil. **Relações de Poder na Crônica de Idácio e nas Histórias de Isidoro de Sevilha: um estudo comparado sobre suevos e**

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

visigodos. In: LESSA, F., S. (org) Poder e Trabalho: Experiências em História Comparada. Rio de Janeiro: Mauad, 2008. p. 35-58. ISBN 978-85-7478-270-6.

TOVAR, A.; BLÁZQUEZ, J.M.. **Historia de la hispania romana.** Madrid: Alianza editorial, 1975